

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PARA INTEGRAÇÃO DA AGENDA 2030 AO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Data: 30/05/2023

Local: Tribunal de Justiça (presencial) e por acesso remoto

Horário: 16h

Pauta: Apresentação dos novos integrantes e debate de ideias para atuação da Comissão

Participantes:

Nome	Cargo – Setor/Órgão	E-mail
Juiz Marcelo Roseno de Oliveira	Auxiliar da Presidência	marceloroseno@tjce.jus.br
Juíza Izabela Mendonça Alexandre de Freitas	Titular da 2ª Vara Cível de Iguatu	izabela.freitas@tjce.jus.br
Juíza Kathleen Nicola Kilian	Titular da Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral	kathleen.kilian@tjce.jus.br
Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Planejamento e Gestão	rafaella.lopes@tjce.jus.br
Francisco Marcelo Fontenele Braga	Gerente do Núcleo de Apoio às Comissões	marcelobraga@tjce.jus.br
Clarissa de Fátima Nobre Carvalho	Servidora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	clarissa.carvalho@tjce.jus.br
José Diego Nunes Xavier	Gerente da Gerência de Desenvolvimento Organizacional	diego.xavier@tjce.jus.br

1) Pontos discutidos e deliberações:

a) apresentação dos novos integrantes da Comissão: passaram a integrar o colegiado, nos termos da Portaria nº 956/2023 (DJE de 18.4.23, p.2) o Juiz Marcelo Roseno de Oliveira, Auxiliar da Presidência; Rafaella Lopes, Secretária de Planejamento e Gestão; e os servidores José Diego Nunes Xavier e Clarissa de Fátima Nobre Carvalho;

b) houve relato das Juízas Izabela Freitas e Kathleen Kilian sobre ações desenvolvidas pela Comissão durante a gestão 21/23, constatando-se ter havido direcionamento para atingimento da Meta 9 do CNJ para o ano de 2022, motivo pelo qual as ações estiveram voltadas para projeto específico de inovação, desenvolvido em colaboração com o LabLuz, na área de violência doméstica;

c) as discussões estiveram voltadas, em seguida, para possíveis ações a serem desenvolvidas durante a gestão 23/25, notadamente em razão do projeto setorial de responsabilidade da Comissão, qual seja: “Implantação da Rede Institucional ODS 2030”, na forma da Portaria nº 1245/2023 – DJE de 22.5.23, p. 4-8, sendo apresentadas e aprovadas as seguintes propostas:

c.1) proposição de confecção de vídeos institucionais sobre o conteúdo da Agenda 2030 e iniciativas do TJCE que contemplem os ODS’s, para fins de exibição nas redes sociais, em escolas, bem assim antes das sessões da Corte, nos intervalos de audiências e de eventos oficiais do TJ; propôs-se, ainda, a elaboração de um plano de comunicação sobre a Agenda 2030;

c.2) buscar acompanhar de forma mais próxima as ações do TJ que contemplam os ODS’s, dentre as quais nas seguintes áreas: infância, violência doméstica, pessoas em situação de rua, conflitos fundiários, combate à tortura, direitos dos apenados, ações para o registro civil de nascimento, de modo a englobar não apenas a elaboração de atos normativos sobre esses temas, mas, também, os projetos desenvolvidos;

c.3) a eleição de um ODS para ser trabalhado mensalmente, contemplando, de modo prioritário, os ODS’s 1, 5, 10, 16 e 17;e

c.4) criação de grupo de Whatsapp para compartilhamento de informações entre os membros da Comissão.|

2) Informes:

a) o Juiz Marcelo Roseno de Oliveira relatou a participação do Webinar Integrado Agenda 2030 (Cidadania e Responsabilidade Social do Poder Judiciário: transversalidades necessárias), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 15 de maio de 2023.

Fortaleza (CE), 30 de maio de 2023.

Juiz Marcelo Roseno de Oliveira
Presidente da Comissão